Segurança Humana, Estatal e Pública no Arco Andino

um entrecruzamento de análises e suas problemáticas

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

KUHLMANN, PRL. Segurança Humana, Estatal e Pública no Arco Andino: um entrecruzamento de análises e suas problemáticas. In OLIVEIRA, RP., NOGUEIRA, SG., and MELO, FR., orgs. *América Andina: integração regional, segurança e outros olhares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012. pp. 2011-236. ISBN 978-85-7879-185-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Segurança Humana, Estatal e Pública no Arco Andino: *um entrecruzamento de análises e suas problemáticas*

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

Resumo

A temática da Segurança Humana corresponde à modificação do objeto de referência do âmbito estatal para o âmbito da sociedade, do indivíduo. Se a soberania corresponde à ideia de reivindicação do monopólio da violência legítima, segundo Weber, o que pressuporia o controle e a ordem interna, por um lado, e a defesa de invasões de outros Estados, por outro, significa que a segurança humana, em primeira instância, mesmo que no aspecto estreito de controle de ameaças internas e externas por parte do Estado, trata dos dois ambientes indistintamente, mas de maneira diferente. Apesar de haver uma grande discussão por parte dos que estudam segurança na América Latina sobre as implicações de misturar as esferas, utilizando forças armadas e polícia em âmbitos cruzados, é isto que tem ocorrido, em geral. No Arco

Andino, considerado como “arco de instabilidade” por analistas de Defesa e Segurança, então, isto tem se tornado recorrente, desde a guerra suja de Fujimori no combate ao Sendero Luminoso, até na Colômbia, com o combate aos movimentos outrora guerrilheiros, hoje de difícil delimitação, como as FARC e a ELN. Todos estes países se influenciam e são influenciados entre si, tendo diversas questões problemáticas de dificuldades de controle do Estado, com diferentes manifestações a arranjos em relação à operacionalização dos meios de Defesa e Segurança, tornando esta zona cinzenta de difícil delimitação mais nebulosa ainda. Este texto tem a finalidade de apresentar algumas das diversas lógicas de entrecruzamento das forças militares e policiais e as diferentes relações de insegurança humana criadas.

Abstract

The human security is the change of the reference object to the state level for the level of society, and the individual level. If sovereignty corresponds to the idea of claiming a monopoly of legitimate violence, according to Weber, which presupposes control and internal order, on the one hand, and the defense of invasions of other states, on the other, means that human security in the first instance even narrower than in the control aspect of internal and external threats by the state, deals with the two environments alike, but with different approach. Although there are a lot of debates in security research in Latin America on the implications of crossed fields, using armed forces and police in both spheres, this is what has occurred, in general. In the Andean Arc, considered as

“arc of instability” by analysts, Defense and Security, then, it has usual practice, in Fujimori’s dirty war in the fight against Shining Path, as to Colombia, with the former guerrilla movement fighting, today’s difficult delimitation, such as the FARC and ELN. All these countries have influence and are influenced one another, and they have several issues with the difficulties of state control, with different manifestations of the arrangements in relation to the operation of the means of defense and security, making it difficult gray area even more nebulous boundaries. This paper aims to compare the many intersections of the military and police forces and different relations of human insecurity created.

Introdução

No ano de 1935, foi editado interessante livro escrito pelo general Mário Travassos, denominado *Projeção Continental do Brasil*, prefaciado por Pandiá Calógeras, que havia sido ministro da Guerra (1919-1922) de Epiácio Pessoa, apontando para a necessidade do Brasil se voltar para a bacia do Amazonas, onde dominava a foz, ao invés de investir na bacia do Prata, cuja foz era dominada pela Argentina, se quisesse ser grande.¹ As inimizades entre Brasil e Argentina certamente foram aguçadas a partir desta ótica, mas a estratégia sugerida não deu resultados efetivos, pois atualmente o Brasil tem muito mais contatos econômicos com seus parceiros do Cone Sul do que com os parceiros amazônicos. É bem verdade que

1 TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 39-46.

Travassos apontava para as dificuldades da região amazônica, tais como o vazio de ecúmeno e a falta de transportes ferroviários.

Entretanto, considerando o montante de dinheiro que circula por produção, possivelmente a Amazônia, mais especificamente a região Andina, desponta-se como um dos principais locais de plantio e distribuição de coca do mundo,² tendo a Colômbia como o principal produtor e o Peru, em segundo lugar.³ Portanto, apesar de os países não terem conseguido que suas estruturas fossem integradas estatalmente e produzissem relações comerciais relevantes, os meios informais foram mais eficientes em fazê-lo, superando qualquer questão relativa às dificuldades oriundas do difícil acesso, ou de infraestrutura, o que aponta para uma óbvia incapacidade dos Estados de realizar projetos integradores que sejam mais interessantes economicamente do que as atividades ilegais e informais na região.

O Conselho de Defesa Sul Americano (CDS) tem seguido importante caminho, que enfoca a soberania, diferencia Defesa (conceito tradicional), de Segurança, buscando fortalecer governos, democracias e a paz regional entre os países, buscando a concertação ao invés do litígio. Medidas de confiança tipicamente ligadas à Defesa foram estabelecidas, como controle e padronização de gastos militares, o

2 Grupo de pesquisa RETIS, Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia, 1996, Disponível em <<http://acd.ufrrj.br/fronteiras/pesquisa/droga/p01pub01.htm>>.

3 World Drug Report 2011, p. 99. Disponível em <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf>.

estabelecimento de livros brancos e políticas de Defesa, dentre outras⁴. Entretanto, as inquietações de grande parte dos países não se referem às questões de defesa, e apesar do princípio do fortalecimento da soberania seguido pelo CDS, há problemas transnacionais tais como o crime organizado, o narcotráfico, as migrações e deslocados, dentre outros, que necessitam, necessariamente, de cooperação em matéria de segurança, visando à proteção dos cidadãos sul-americanos. Já que o Conselho de Defesa não é o fórum para a discussão destas questões, é importante que se busquem formas de trabalho e ação conjuntas para que se tomem medidas conjuntas necessárias e urgentes.

Neste momento, portanto, sublinhamos as incapacidades estatais, pela dificuldade de superação e integração para solucionar problemas de segurança regional graves. Este texto visa a discutir estas questões, de acordo com o debate quanto à temática das seguranças e seus entrecruzamentos, na região Andina, privilegiando Colômbia, Peru e Equador

Seguranças e suas espacialidades

Pode-se dizer que a definição tradicional de segurança, dentro da lógica internacional, é a delimitada por Estados dentro de um ambiente anárquico que lutam por sua sobrevivência. Portanto, a segurança internacional, à maneira realista, é composta por países soberanos que têm suas estruturas de

4 RUZ, María Inés, El Consejo de Defensa Suramericano a dos años de su instalación. In MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. *Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*, 2011, p. 3-9.

defesa externa - preocupados com possíveis invasões de países vizinhos - e segurança interna - que busca criar um ambiente de relativa equalização entre os cidadãos sob o guarda-chuva do Estado que os abriga.

Além disso, a segurança estatal,⁵ que soma elementos de controle interno e de inviolabilidade externa - após construções dos estados absolutistas, que se firmavam como estados porque eram competentes para colher impostos, organizar exércitos e guerrear⁶ -, é embelezada pela ideia de nação, que pressupõe o povo, livre, em armas, para sua própria defesa. Não é à toa que, dentro dessa lógica, os estados, sejam totalitários ou não, queimam seus homens, com ou sem razões ideológicas “puras”, por guerras justas ou injustas.

Posteriormente, e dentro de uma noção de mudança, ou diminuição das guerras interestatais, e aumento de conflitos intraestatais, com o esvaziamento das guerras e motivos nacionais para lutar, surge a ideia de que os conflitos intraestatais podem ser alimentados de fora, fazem parte de países com estruturas débeis, e com profundas fissuras no tecido social. Neste momento, unem-se as ideias de novas ameaças com as de Segurança Humana.

5 Ver CEPIK, Marcos, Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas, *Security and Defense Studies Review*, v. 1, p. 1-19, Spring 2001.

6 TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. São Paulo: EdUSP, 1996.

Segurança Pública versus Segurança Cidadã

Quando se fala em segurança pública, admite-se, em tese, que há a necessidade de uma mínima ordem interna para que as coisas “funcionem”, dentro de um Estado. Hobbes desejava isto, já que o contexto em que vivia era de conturbação grave entre as lógicas religiosas conflituosas da época. Por isso, a necessidade de um soberano forte e indiscutível, para colocar ordem entre os desordeiros e insociáveis homens. Interessantemente, a figura do ditador romano teria esta finalidade: colocar “ordem na casa”, quando o império estivesse em caos. A ditadura, portanto, seria um expediente extraordinário utilizado pela legislação romana e que tinha metas e prazo determinados. Possivelmente, semelhante ao que ocorreria com as situações de estado de defesa e sítio, nas constituições atuais.

Entretanto, quando se fala em ordem, deve-se ter em conta que ordem se refere a uma determinada situação de equilíbrio entre os que mandam e os que obedecem. No famoso filme *Encouraçado Potemkin*, fica claro que há um momento de tensão incontrolável, quando a ordem se rompe definitivamente. Portanto, conforme os pensadores marxistas, o momento de rompimento da ordem, para uma possível rebelião, ou revolução, pressupõe a necessidade de determinadas condições, e que aparentemente poderiam ser previstas pelos governantes, se atuassem na mitigação dos problemas originais.

Na mesma lógica desta discussão, recorre Jorge Nef,⁷ ao abordar o conceito de “ordem” junto ao termo “homeostase”, emprestado da Biologia, que pressupõe um organismo em equilíbrio constante. Esta expressão é utilizada pelos psicólogos da linha sistêmica, que pressupõem que um paciente com problema pode ser o bode expiatório de uma família que, por não conseguir contornar o desequilíbrio, aponta para um culpado, isentando-se da culpa coletiva, como se o *iceberg* apontasse para sua ponta, única parte visível. Portanto, um corpo social necessitaria de ordem e equilíbrio, fato que é discutido por Samuel Huntington, no livro “A ordem política das sociedades em mudança”, quando afirma que não é a pobreza, ou a riqueza, que trazem crises, mas sim as sociedades que estão em mudança drástica, onde os equilíbrios se rompem.⁸ Talvez o lema positivista inscrito na bandeira brasileira, segundo esta visão, demonstre uma situação incompatível, já que a ordem e o progresso teriam, ao menos, dificuldade de andar juntos, dependendo de quão desequilibrado for o progresso, ou o desenvolvimento.

A solução para o equilíbrio, indicada no período da Guerra Fria, segundo Nef, que denomina de medidas preventivas para a contrainsurgência, indica o binômio da “Segurança e Desenvolvimento” como a fórmula para a solução de conflitos. Quanto ao Desenvolvimento, a impressão é que a América

7 NEF, Jorge, Seguridad humana y vulnerabilidad mutua. In: ARAVENA, F. R., GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 41-45.

8 HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1992. p. 54,55.

Latina, subdesenvolvida, deve adotar a fórmula liberal de crescimento, que proporcionaria, imediatamente, riqueza, e em consequência aquietaria os descontentes; quanto à Segurança, adotou-se a lógica da Segurança Nacional que indicaria a caça às bruxas, ou seja, a caça aos comunistas e a todas as formas de pensamentos contrários à lógica da democracia com liberdade de mercado, propalada pelo Ocidente, em guerra contra o “monstro” soviético.⁹

Jorge da Silva,¹⁰ dentro desta mesma linha, afirma que determinados direcionamentos têm sido apresentados pelo hegemon de forma a que o restante da América Latina siga a rédea determinada pelos EUA, ou seja, a 3ª guerra mundial, que seria a guerra ao comunismo, a 4ª guerra, que seria a guerra às drogas, e a 5ª guerra, o combate ao terrorismo. Neste ponto, Nef coincide com Silva,¹¹ afirmando que a resposta do Ocidente é utilizar-se da criminalização do perigo e prescrevendo um estado de segurança nacional protegendo a sociedade contra si mesma, e utilizando-se de “mais do mesmo”, ou seja, se o combate tradicional não tem funcionado, é só aumentar a dose do remédio, utilizando-se de mais armas, mais militares e mais repressão¹². Portanto, a Segurança

9 NEF, Jorge. Seguridad humana y vulnerabilidad mutua. In: ARAVENA, F. R., GOUCHA, M., **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 33-35.

10 SILVA, Jorge da, Seguridad Humana y Seguridad Pública: el global y su influencia en el local. In ARAVENA, F. R., GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 288.

11 SILVA, 2002, p. 288; NEF, op. cit., p. 38.

12 NEF, Jorge, op.cit., p. 36-38.

Pública está embebida da lógica da Segurança Nacional Tradicional, típica da lógica da Guerra Fria. Vejam a definição da Escola Superior de Guerra: “Segurança Nacional é o grau de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona à Nação, para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais a despeito de antagonismos e pressões (existentes ou potenciais)”.¹³

Nesta definição de Segurança Nacional, é nítido que os antagonismos internos, portanto, desestruturadores da ordem interna, são objeto da preocupação e das ações da área cinzenta coberta ora pela segurança nacional, ora pela segurança pública, de difícil delimitação e discussão.¹⁴

Por estas questões é que se começou a falar em Segurança Comunitária, Segurança Cidadã, como forma de inserir os cidadãos na preocupação com sua própria segurança, como partícipes da solução, como sujeitos e não como objetos parte do problema, e como objeto da segurança, e não contra quem a segurança pública iria agir, em favor do Estado.

Portanto, apesar de Cepik¹⁵ afirmar que a Segurança Estatal não seria abalada por questões de Segurança Humana, ou melhor, que não haveria canais comunicantes necessariamente, Nef,¹⁶ entretanto, aponta para a direção contrária: partindo da visão do Sistema Mundo, de Wallerstein, ou da

13 BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 56.

14 EDMUNDS, Timoty. What are armed forces for? The changing nature of military roles. In: *Europe. International Affairs*, 2006, p. 1073,1074.

15 CEPIK, 2006, p. 12-15.

16 NEF, Jorge, op. Cit., p. 40-48.

Teoria da Dependência, de Faletto e Cardoso¹⁷, afirma que a Teoria da Interdependência foi uma resposta do *mainstream* a uma realidade clara, de relações entre centros e periferias, sendo que as periferias estão, hoje em dia, misturadas com os centros, integrando a todos num Sistema de Vulnerabilidade Mútua Assegurada, como se pudéssemos afirmar, então, que é patente a influência de um mundo em relação a outro, do interno em relação ao externo, e do externo em relação ao interno.¹⁸

Entretanto, se Nef está certo em afirmar que os lemas antigos da Segurança e Desenvolvimento não dão conta das questões atuais, ainda assim, alguns ainda recentemente afirmam que os problemas dos países do Arco Andino, especificamente Equador e Peru, ocorrem por motivo de falta de desenvolvimento, como afirma Craig Deare, professor do Centro Hemisférico de Estudos de Defesa em Washington, D. C., à época, numa lógica perpetuadora de um pensamento que não produziu soluções regeneradoras: “En gran medida, el esfuerzo de las entidades de seguridad pública se encuentra combatiendo los efectos de problemas cuyas causas radican en esas mismas debilidades de desarrollo del país”.¹⁹

Portanto, segurança pública pressupõe a proteção dos habitantes por parte do Estado, numa postura passiva. Pressupõe, ainda, uma ordem pública, que significaria normas de convivência para o uso dos espaços públicos - neste caso, as

17 Idem, p. 40.

18 Idem, op. Cit., p. 40-48.

19 DEARE, Craig. *Comentarios: Ecuador, Perú, México*. In: PERALES, José Raúl, (ed.). *Reforma de las Fuerzas Armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares*, [s.l.:s.n.], 2008, p. 97.

desordens cometidas por protestos oriundos de descontentamentos pelas desigualdades ou injustiças, ou são coibidas com dureza, ou são pensadas de forma diferente.²⁰ De acordo com Juan Rial,²¹ a Segurança Cidadã pressupõe a participação da comunidade, garante as liberdades e a defesa do cidadão coletivo, abrangendo também os habitantes que juridicamente não são cidadãos²². Desse modo, inclui os seres humanos periféricos, em qualquer parte do mundo, pressupondo a dignidade de ser igual na condição humana, e tornando-os objeto da segurança.

Segurança Hemisférica e Segurança Regional

É relevante saber, principalmente quanto aos países do Arco Andino, que influências esses países recebem dos Estados Unidos, e como elas se dão, em termos de segurança. Costuma ser chamada de Segurança Hemisférica a segurança do continente americano, gerenciada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e, por consequência, induz que a América Latina assuma boa parte das guerras do “Ocidente”, propaladas pelos Estados Unidos, que assumem a condição de timoneiro do continente americano.

20 RIAL, Juan. *Seguridad pública, seguridad ciudadana*: sobre información y lenguaje. In: DONADIO, Marcela, *Índice de seguridad pública y ciudadana en América Latina*: El Salvador, Guatemala y Honduras. Buenos Aires: RESDAL, 2011, p. 88.

21 Idem.

22 Idem.

Apesar das distorções que isto causa aos países da América do Sul, por lutarem e combaterem em “guerras” não escolhidas por eles, algumas conquistas proporcionadas pelo sistema hemisférico foram positivas e causaram bons impactos e prolongamentos posteriores. Por meio da OEA, houve a reunião de ministros de Williamsburg,²³ em 1995, onde são tratadas: a necessidade da busca por acordos pacíficos em relação a questões de fronteiras, a busca pelo ideal democrático e a abertura do debate da temática de Defesa.

Dentro desta dimensão, a UNASUL e respectivo Conselho de Defesa Sul-Americano herdaram o compromisso democrático, o controle civil sobre os militares e as medidas de confiança da OEA, apesar da luta por estabelecimentos próprios de segurança no Cone Sul, Arco Andino e América Central, negando o direito de que os Estados Unidos gerissem a segurança da região como se pertencente à sua lógica única. Portanto, as conquistas de Williamsburg foram positivas, uma vez que parecem ter gerado o amadurecimento dos países para a resolução conjunta e a busca de soluções compartilhadas.

Portanto, a ingerência estadunidense na região, histórica e atual - interferindo nos países à sua volta, buscando alinhar agendas comuns de segurança, para garantir sua segurança, chegando ao ponto de regular os conflitos internos e a segurança pública -, caracteriza de fora para dentro a interferência mútua da segurança regional, ou estatal, na segurança interna,

23 COMISSÃO DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA, I Reunião de Ministros de Defesa nas Américas, 1995. Disponível em: <<http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>>.

ou pública e, por conseguinte na segurança humana, de forma negativa, muitas vezes.

No Conselho, a ideia é não criar nenhuma força regional, tal como a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), como também se ater somente aos assuntos de Defesa. Entretanto, instâncias outras devem ser formadas para tratar de problemas que realmente transpassam fronteiras, ainda que as soluções não busquem ultrapassar a soberania dos países, como já observado.

Exemplo de conflitos cruzados e estruturas militares e policiais

1) Colômbia

A Colômbia tem um histórico de violência e de não conciliação, e enfrenta a falta dos monopólios básicos, segundo Alejo Vargas.²⁴ Além disso, a força policial e as forças armadas estão imbricadas no mesmo ministério, o da Defesa, e há indiferenciação de missões dos dois organismos. Fala-se comumente da policialização dos militares e da militarização da polícia.²⁵

Apesar dos progressos recentes no combate às FARC, com a crescente falta de apoio popular aos grupos guerrilheiros

24 VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. La singularidad colombiana: Fuerza Armada en seguridad interior. In: DONADIO, Marcela. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**: edición 2007. Buenos Aires: Ser en 2000, 2007.

25 Idem.

da Colômbia, a lógica de Santos tem sido a de aumentar os efetivos policiais e militares,²⁶ o que parece caracterizar um agravamento, ao invés de uma possível solução consorciada. A decisão das FARC de não mais fazer reféns,²⁷ comemorada, ainda não indica uma condição necessária para uma negociação que gere o apaziguamento na Colômbia.

Portanto, talvez o aumento de militarização e securitização na Colômbia possa provocar um excedente em forças de defesa e segurança que possa causar sérios riscos futuros, pela desproporção de percentual entre civis e militares neste país, cada vez mais alta.

2) *Equador*

O maior problema relacionado às questões de Defesa e Segurança do Equador era o problema de fronteira com o Peru, fato que foi encerrado com as negociações no ano de 1995, após mais de 40 anos de disputas.

Posteriormente a essas questões de fronteira, o problema da Colômbia, sobretudo do enfrentamento aos grupos guerrilheiros, principalmente às FARC, gerou preocupações no Equador, tanto é que, antes de estabelecerem um pensamento

26 COLORADO, Paula. Santos anuncia plan contra las Farc, El Colombiano, 25 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/S/santos_anuncia_plan_contra_las_farc/santos_anuncia_plan_contra_las_farc.asp>.

27 ORTIZ, Delis. FARC anunciam que não farão mais sequestros na Colômbia. *Jornal da Globo*, 28 Fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/02/farc-anunciam-que-nao-farao-mais-sequestros-na-colombia.html>>.

de segurança mais totalizante, estabeleceram a Política de Segurança da Fronteira Norte, em 2000. Um plano parcial, que não contemplava toda a segurança do Equador, mas só a região de contato com a Colômbia, já que a segurança do Equador se viu ameaçada pelos rescaldos possíveis pelo transbordamento do conflito interno colombiano.²⁸

Entretanto, o possível transbordamento do conflito foi visto de forma surpreendente: o ataque ao acampamento das FARC em território equatoriano pelo governo Uribe, em março de 2008, sem aviso ou autorização do governo do Equador, o que gerou grande crise entre os países, que teve repercussão em toda a América do Sul, já que se verificou que a lógica do ataque preventivo norte-americano não só assombrava, como se fazia presente, dando seus primeiros “frutos”, por meio do Plano Colômbia.²⁹

Creio que este caso é emblemático e problemático: um problema interno da Colômbia acabou por influenciar regionalmente, e provocou reações de reforço da soberania dos países da região; por outro lado, fortalece orientações independentes das emanadas pela Organização dos Estados Americanos, e uma busca por soluções subcontinentais, por meio da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano.

28 ROMÁN, O. J. El proceso político para la reestructuración de las Fuerzas Armadas de Ecuador. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008, p. 70.

29 MURTA, Andrea. Lógica da “guerra contra o terror” ameaça democracias latino-americanas. Entrevista com Juan Gabriel Tokatlian. **Folha de S. Paulo**, 10.03.2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u380326.shtml>>.

Neste caso, talvez, o problema gerou a solução de, com a crise, integrar mais a região.

Apesar disso, após a assunção de Santos à presidência da Colômbia, o estranhamento existente entre os países, que ficou na iminência de causar uma crise grave entre os dois países, foi diminuído, e as boas relações retornaram.

Houve ações mais intensivas do Exército do Equador na região de fronteira com a Colômbia, como também a reativação da *Comisión Binacional de Frontera*, cuja finalidade é estreitar as informações de inteligência entre os dois países.³⁰

Outras questões relevantes que demonstram ainda mais a questão do entrecruzamento de seguranças, agora não mais das questões hemisféricas, mas da região de fronteiras, são o deslocamento de migrantes colombianos forçados.³¹ Aqui se tipifica um problema de segurança humana, já que os deslocados são uma questão a ser tratada pelos dois países, gerando um problema de absorção por parte do Equador, que pode claramente considerá-la uma questão mais de segurança pública, pelo desequilíbrio causado pelos deslocados; portanto, a segurança humana, ou cidadã, considerando estas pessoas como dignas de uma cidadania sul-americana, deveriam ser tratadas com condições dignas, o que necessariamente não ocorrerá

30 GUZMÁN, Sandra Borda, Cambios y continuidad en seguridad y defensa en Colombia durante 2010. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. *Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*, 2011. p. 101.

31 ZEPEDA, Beatriz, La política externa de Ecuador durante el gobierno de Rafael Correa: un balance. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. *Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*, 2011. p. 115.

somente a partir da provisão dos Estados, podendo vir por meio de pressões de ONGs ou de órgãos internacionais, ou de acordos regionais que porventura contemplem esta problemática séria.

A questão talvez consideravelmente mais crítica que viveu recentemente o Equador foi a crise de estabilidade que se abateu na manifestação dos policiais contra o presidente Rafael Correa, em setembro de 2010. O Equador ainda tem uma alta rotatividade de presidentes, o que demonstra uma instabilidade política considerável. Entretanto, quando este fato ocorreu, visualizou-se a possibilidade de um golpe que deporia Rafael Correa, o que demonstra mais ainda a instabilidade política do Equador.

Neste caso, o apoio dos presidentes da região foi irrestrito ao presidente Rafael Correa, o que demonstra que a cláusula democrática, gestada no seio da OEA, dá frutos agora.

3) *Peru*

A despeito de conflitos recentes, tais como o contencioso entre Equador e Peru em 1995, mediado pela MOMEF, e uma questão de fronteira com o Chile, em discussão na ONU, não há problemas tradicionais de segurança interestatal quanto ao Peru.³²

32 IGLESIAS, Carlos Basombrío, Las reformas al sector seguridad en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares - el caso peruano. In: PERALES, J. *Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008, p.

A despeito de o Sendero Luminoso ter sido combatido duramente entre 1980 e 1990, e ter perdido sua força com a captura de seu principal líder em 1992, houve discursos a respeito do ressurgimento do Sendero, a partir de 2007, por influência do combate ao narcotráfico e às FARC na Colômbia,³³ já que o Plano Colômbia iniciou-se em 2002.

Entretanto, um de seus principais líderes atuais, Comrade Artemio, admitiu em dezembro de 2011 que o Sendero já havia sido derrotado.³⁴ Além disto, Comrade foi capturado em fevereiro de 2012.³⁵

Todavia, o Peru tem a “capacidade” de produzir a cadeia completa do narcotráfico, desde a plantação e refino, embora sejam firmas familiares que distribuem a traficantes colombianos e mexicanos, o que, segundo Bassombrio,³⁶ é motivo de menos violência interna por este motivo.

A despeito de qualquer outra análise, para o Peru, após a cessação do contencioso com o Equador, e do sufocamento do Sendero Luminoso, Bassombrio apontava para a seguinte ordem de prioridade de problemas em seu país:³⁷

1. Vandalismo das gangues juvenis
(baixas taxas de homicídio, mas alta vitimização)

33 PARTLOW, Joshua, In Peru, a Rebellion Reborn, The Washington Post, Nov 12, 2008; A12. Disponível em <<http://www.latinamericanstudies.org/peru/rebellion-reborn.htm>>

34 Peru's Shining Path defeated, rebel leader admits, <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-16066029>

35 Peru Shining Path leader Comrade Artemio captured. 12 Fev. 2012. Disponível em <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-17005739>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

36 IGLESIAS, op. Cit., p. 63.

37 IGLESIAS, 2008, p. 59-67

2. Manifestações nacionais do narcotráfico
3. Violência em massa nos protestos de origem social
4. Enfrentamento dos remanescentes subversivos do Sendero

Interessantemente, segundo esse autor, é como se o Peru tivesse se blindado em relação aos problemas regionais resultantes do narcotráfico, e o Sendero não significasse quase nada, constando como uma das últimas preocupações em relação à segurança de seu país, ainda que denunciasses o ressurgimento do Sendero.

A despeito disto tudo, coincidindo com Bassombrio, há uma região que é caracterizada pela produção em grande quantidade de coca, e que coincide com a área de atuação do Sendero. Por este motivo, em fevereiro de 2007, o Peru lançou o Plano VRAE³⁸, delimitando três ações básicas na região:

el militar, que combate a los remanentes senderistas; el policial, que lucha contra los narcotraficantes; y el civil, que busca realizar obras de impacto socio económico, como la electrificación de la zona y la construcción de carreteras, que impulsen el desarrollo de los pobladores de la zona y los cultivos alternativos a la hoja de coca...

38 PERU, “Una Opción de Paz y Desarrollo en Seguridad para el Valle de los Ríos Apurímac y Ene - Plan VRAE”, *El peruano*, p. 300339 -300341, 23 Fev. 2007.

Na sequência, em janeiro de 2009, o governo do Peru criou uma nova região militar, denominada Região Militar VRAE³⁹ (Vale do Rio Apurímac e Ene), que buscou dar prosseguimento ao Plano VRAE, continuando a lógica da divisão de tarefas entre forças militares e policiais.

Bassombrio afirma que a delimitação de tarefas entre forças militares e forças policiais se baseava na guerra suja de Fujimori ao Sendero, buscando evitar a corrupção das forças militares, mas deixa de citar a função essencial civil que envolve a questão econômico-social que, segundo os próprios militares, impede a erradicação do plantio de coca na região, negando uma das únicas formas de ganho do pessoal pobre da região⁴⁰. Ainda que o Sendero esteja quase totalmente neutralizado, assim não é com as áreas de cultivo de coca, que têm crescido tanto na Bolívia quanto no Peru, infelizmente.⁴¹ Portanto, a questão social deve ter prioridade, não como afirma Nef, de forma a buscar um desenvolvimento liberal que, num passe de mágica, solucione os problemas de segurança, mas considerando a questão do ponto de vista das pessoas, de sua segurança mínima que proporcione o desenvolvimento pessoal, diferente da visão desenvolvimentista dos anos de Guerra Fria.

39 PERU. Ministerio de Transportes y Comunicaciones, Proyectos en el VRAE, Disponível em: <http://www.proviasdes.gob.pe/inf_vrae/vrae.html>.

40 Peru military Joint Chiefs commander: coca eradication in cocaine-producing jungle valley “an error”, 27 Jun. 2008, Disponível em: <<http://www.peruviantimes.com/27/peru-military-joint-chiefs-commander-coca-eradication-in-cocaine-producing-jungle-valley-an-error/470/>>.

41 Ver World Drug Report 2011, p. 99-105. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf>.

Considerações Finais

A necessidade de soluções concertadas regionalmente é cada vez mais premente, para providenciar a cidadania aos marginalizados. Para isso, é fundamental que os problemas de segurança da região sigam uma lógica parecida com a dos problemas de Defesa: a decisão conjunta e compartilhada.

Talvez só assim se consiga trilhar o caminho da segurança humana, nesses países. Entretanto, é visível a necessidade de que os países possam estruturar lógicas internas de segurança humana, apartando-se da lógica anterior, herdada da Guerra Fria, de segurança contra os cidadãos da América do Sul, abolindo o dissenso, e do desenvolvimento segundo uma ótica liberal instantânea, que o simples desenvolvimento teria condições de apaziguar o país.

Referências

BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CEPIK, Marcos. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, Vol. 1, Spring 2001, p. 1-19.

COLORADO, Paula. Santos anuncia plan contra las Farc. **El Colombiano**, 25 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/S/santos_anuncia_plan_contra_las_farc/santos_anuncia_plan_contra_las_farc.asp>.

COMISSÃO DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA. I **Reunião de Ministros de Defesa nas Américas**, 1995. Disponível em <<http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>>.

DEARE, Craig. Comentarios: Ecuador, Perú, México. In: PERALES, José Raúl (ed.). **Reforma de las Fuerzas Armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**.[s.l.:s.n.], 2008. p. 97.

EDMUNDS, Timoty. What are armed forces for? The changing nature of military roles in Europe. **International Affairs**. [s.l.:s.n.], 2006, p. 1073,1074.

GRUPO DE PESQUISA RETIS. **Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia**. 1996, Disponível em: <<http://acd.ufjf.br/fronteiras/pesquisa/droga/p01pub01.htm>>.

GUZMÁN, Sandra Borda. Cambios y continuidad en seguridad y defensa en Colombia durante 2010. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 101.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

IGLESIAS, Carlos Basombrío. Las reformas al sector seguridad en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares - el caso peruano. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008, p.

MURTA, Andrea. Lógica da “guerra contra o terror” ameaça democracias latino-americanas. Entrevista com Juan Gabriel Tokatlian. **Folha de S. Paulo**, 10.03.2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u380326.shtml>>.

NEF, Jorge. Seguridad humana y vulnerabilidad mutua. In: ARAVENA, F. R; GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 33-35.

ORTIZ, Délis. FARC anunciam que não farão mais sequestros na Colômbia. **Jornal da Globo**, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/02/farc-anunciam-que-nao-farao-mais-sequestros-na-colombia.html>>.

PARTLOW, Joshua. In: Peru, a Rebellion Reborn. **The Washington Post**, Nov 12, 2008; A12. Disponível em <http://www.latinamericanstudies.org/peru/rebellion-reborn.htm>

PERU military Joint Chiefs commander: coca eradication in cocaine-producing jungle valley “an error”, 27 Jun. 2008, Disponível em: <<http://www.peruviantimes.com/27/peru-military-joint-chiefs-commander-coca-eradication-in-cocaine-producing-jungle-valley-an-error/470/>>.

PERU Shining Path leader Comrade Artemio captured. 12 Fev. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-17005739>>.

PERU, una opción de paz y desarrollo en seguridad para el valle de los ríos Apurímac y Ene - Plan VRAE. **El peruano**, 23 Feb. 2007, p. 300339 -300341.

PERU. Ministerio de Transportes y Comunicaciones. Proyectos en el VRAE. Disponible en: <http://www.proviasdes.gob.pe/inf_vrae/vrae.html>.

PERU'S Shining Path defeated, rebel leader admits, Disponible en: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-16066029>>.

RIAL, Juan. Seguridad pública, seguridad ciudadana: sobre información y lenguaje. In: DONADIO, Marcela. **Índice de seguridad pública y ciudadana en América Latina: El Salvador, Guatemala y Honduras**. Buenos Aires: RESDAL, 2011, p. 88.

ROMÁN, O. J. El proceso político para la reestructuración de las Fuerzas Armadas de Ecuador. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008.

RUZ, María Inés. El Consejo de Defensa Suramericano a dos años de su instalación. In: MATHIEU, H.; GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 3-9.

SILVA, Jorge da. Seguridad humana y seguridad pública: el global y su influencia en el local. In: ARAVENA, F. R.,

GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EdUSP, 1996.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2011**, p. 99. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf.

VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. La singularidad colombiana: fuerza armada en seguridad interior. In: DONADIO, Marcela. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**. (Edición 2007). Buenos Aires: Ser en 2000, 2007.

ZEPEDA, Beatriz. La política externa de Ecuador durante el gobierno de Rafael Correa: un balance. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 115.